



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>Pregão, na forma Eletrônica nº 027/2020-GSI</b>		<b>Data de Abertura: 18/08/2021 às 09:30h no sítio <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a></b>	
<b>Objeto</b>			
Aquisição de uma solução de um sistema de videomonitoramento para as instalações da Presidência da República na cidade de Brasília/DF, envolvendo o fornecimento de bens, instalação, configuração, garantia e suporte técnico.			
<b>Valor Total Estimado</b>			
R\$ 10.657.361,39 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).			
<b>Local da Prestação do Serviço</b>			
Brasília/DF			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento das propostas:</b>
NÃO	FACULTATIVA	Grupo 1 - CONTRATO	Grupo 1 - MENOR PREÇO GLOBAL
		Itens 68 ao 72 NOTA DE EMPENHO	Itens 68 ao 72 MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
Grupo 1 – NÃO	NÃO	NÃO	Grupo 1 – SIM
Itens 68 ao 72 – SIM			Itens 68 ao 72 – NÃO
<b>Modo de Disputa</b>			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO, nos termos do item 7.9 do edital.			
<b>DESTAQUES</b>			
<p><b>ATENÇÃO.</b> A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de <b>IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO</b> e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço: <a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-sa/sg-pr-n-1-de-23-de-novembro-de-2020-289761145">https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-sa/sg-pr-n-1-de-23-de-novembro-de-2020-289761145</a>.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110322”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2020-GSI**  
Processo Administrativo nº 00185.004568/2020-31

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sediada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 281, de 10 de novembro de 2020, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e nº 3, de 26 de abril de 2018, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **18/08/2021**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal- [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**

UASG: 110322

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de uma solução de um sistema de videomonitoramento para as instalações da Presidência da República na cidade de Brasília/DF, envolvendo o fornecimento de bens, instalação, configuração, garantia e suporte técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo formado por 67 (sessenta e sete) itens e em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo e o menor preço total por item (Itens 68 ao 72), observadas as exigências contidas neste edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020/2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110322

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 168.497

Natureza de Despesa: 339030 - Material de Consumo (R\$ 1.944.935,15); 339039 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (R\$ 1.057.237,30); 449039 - Aquisição de Software (R\$ 1.147.334,72); 449052 - Material Permanente (R\$ 6.507.854,22)

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para os itens 68, 69, 70, 71 e 72, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 É vedada ainda a contratação de empresas cujos sócios ou dirigentes tenham vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P).

4.3.2 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.2.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.2.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.2.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.2.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.2.5 Declaração de que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, caso cumpra às condições previstas no referido Decreto.

5.1.2.6 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.2.7 Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.2.8 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 Descrição detalhada do objeto.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017;

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à ao Ministério da Economia.

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30 Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.30.1 Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexecuível.

8.5.4.1 Consideram-se preços manifestamente inexecuíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9 O Pregoeiro convocará o licitante para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, e dos documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

8.9.2 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.2.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.9.2.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **9.8 Habilitação jurídica:**

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10 Qualificação Econômico-Financeira (Grupo 1):**

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11 Qualificação técnica (Grupo 1):

9.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento e instalação de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão possuir as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a experiência em fornecimento e instalação de, pelo menos, 200 (duzentas) câmeras IP (independente do tipo), conforme abaixo descrito:

Item do TR	Quantidade a ser contratada	Parcela relevante para fins de atestado
1, 2, 3, 4, 5, 63, 64, 65 e 66	Fornecimento e instalação de 708 câmeras de 5 tipos (itens 1, 2, 3, 4, 5 do Grupo 1 da tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência)	Fornecimento e instalação de 200 câmeras IP

9.11.1.1.1.1 A presente demanda trata da instalação de 708 câmeras de vigilância, devendo a empresa interessada apresentar atestado de capacidade que comprove o fornecimento e instalação de, pelo menos, 200 câmeras IP;

9.11.1.1.1.2 Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo de 200 câmeras, desde que cada atestado tenha, no mínimo, o quantitativo de 42 (quarenta e duas) câmeras, quantitativo este referente ao menor sítio (sítio do Palácio do Jaburu) a ser instalado.

9.11.1.1.1.3 Serão aceitos a apresentação de atestados separados, um para o fornecimento de câmeras e outro para a instalação de câmeras, desde que cada um deles possua a quantidade mínima exigida de 200 (duzentas) câmeras IP, sendo aceito o somatório de atestados, conforme especificado no item 9.11.1.1.1.2.

9.11.1.2 O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecidos deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

9.11.1.2.1 Identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado;

9.11.1.2.2 Identificação da licitante; e

9.11.1.2.3 Descrição clara dos equipamentos fornecidos e instalados.

9.11.2 Para comprovação técnico-profissional, deverão ser apresentadas Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT(s) emitida(s) pelo CREA e em nome dos responsáveis técnicos, acompanhada(s) do(s) respectivo(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional, expedido por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, de forma a comprovar experiências e capacitação técnica similar ao objeto desta licitação nos serviços de:

9.11.2.1 Para engenheiro eletricista:

9.11.2.1.1 Participação em projeto de instalação de sistema integrado de monitoramento por câmeras de segurança;

9.11.2.1.2 Participação em projeto de instalação de pontos elétricos e quadros de força.

9.11.2.2 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.11.2.3 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.3 As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme previsto no subitem 15.6 do Termo de Referência.

9.11.4.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12 Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.12.1 comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.12.2 apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.12.3 comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.12.4 demonstraco, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econmico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.12.5 responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.12.6 obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.12.7 constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

9.12.8 proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

9.13 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC não 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1 O Pregoeiro declarar o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, conceder o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma



motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1 Para o Grupo 1, será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## 14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato (Grupo 1) e emitida Nota de Empenho (itens 68 ao 72).

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato (Grupo 1) e aceitar a Nota de Empenho (itens 68 ao 72), conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 A licitante vencedora deverá apresentar:

14.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.3.2 Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no **subitem 4.3** deste edital, conforme modelo - Anexo IV. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo V deste edital.

14.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O prazo de vigência da contratação (Grupo 1) é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsto no Termo de Referência e no instrumento contratual.

14.6 O Aceite da Nota de Empenho (itens 68 ao 72), emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.6.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.6.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.7 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.7.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.7.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **15. DO REAJUSTE**

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, conforme estabelecido no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16.2 Na hipótese de bens importados, a Contratada deverá comprovar a origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa, em conformidade com o inc. III do art. 3º do Decreto nº 7.174/2010.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1 As regras acerca do pagamento do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não manter a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, conforme a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020;

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, nos termos da Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020;

19.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, de acordo com a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020;

19.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

20.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderá ser obtido na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 201, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

21.12.1.1 Apêndice 1 - Infraestrutura (em formato *.pdf*)

21.12.1.2 Apêndice 2 - Videomonitoramento (em formato *.pdf*)

21.12.1.3 Apêndice 3 - Lista de itens (em formato *.pdf*)

21.12.1.4 Apêndice 4 - Climatização (em formato *.pdf*)

21.12.1.5 Apêndice 5 - Modelo de Ordem de Fornecimento (em formato *.pdf*)

21.12.1.6 Apêndice 6 - Modelo de Ordem de Serviço (em formato *.pdf*)

21.12.1.7 Apêndice 7 - Modelo de Termo de Recebimento Provisório (em formato *.pdf*)

21.12.1.8 Apêndice 8 - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (em formato *.pdf*)

21.12.1.9 Apêndice 9 - Modelo da Planilha de Composição de Preços (em formato *.pdf*)

21.12.1.10 Apêndice 10 - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (em formato *.pdf*)

21.12.1.11 Apêndice 11 - Cronograma Físico-Financeiro da Execução dos Serviços (em formato *.pdf*)

21.12.1.12 Apêndice 12 – Termo de Garantia (em formato *.pdf*)

21.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;

21.12.3 ANEXO III – Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria;

21.12.4 ANEXO IV – Declaração que não mantém familiar;

21.12.5 ANEXO V – Declaração de optante pelo Simples Nacional

21.12.6 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 03 de agosto de 2021

**Andressa Tavares da Rocha**  
**Pregoeira – Presidência da República**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de uma solução de um sistema de videomonitoramento para as instalações da Presidência da República na cidade de Brasília/DF, envolvendo o fornecimento de bens, instalação, configuração, garantia e suporte técnico, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	Und	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	MARGEM DE PREFERÊNCIA
1	1	CÂMERA TIPO 1 - BULLET (FIXA INTERNA/EXTERNA) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Câmera Intelbras VIP 5550 Z IA	150334	Und	179	R\$ 2.874,92	R\$ 514.610,68	Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010.
	2	CÂMERA TIPO 2 - DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Câmera Intelbras VIP 5550 D Z IA	150334	Und	339	R\$ 2.874,92	R\$ 974.597,88	
	3	CÂMERA TIPO 3 - MINI DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Câmera Intelbras VIP 7250 D IA	150334	Und	90	R\$ 1.635,23	R\$ 147.170,70	
	4	CÂMERA TIPO 4 - SPEED DOME PTZ (MÓVEL EXTERNA) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Câmera Intelbras VIP 7245 SD	150334	Und	31	R\$ 14.837,82	R\$ 459.972,42	
	5	CÂMERA TIPO 5 - PANORÂMICA 180° (EXTERNA) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Câmera Intelbras VIP 7180 Panorâmica	150334	Und	69	R\$ 18.494,00	R\$ 1.276.086,00	
	6	GRAVADOR DE VÍDEO DE REDE Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Gravador Intelbras SVR 7164	150802	Und	14	R\$ 34.229,98	R\$ 479.219,72	
	7	SERVIDOR CENTRAL Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Servidor Lenovo ThinkSystem SR650	459950	Und	1	R\$ 293.675,94	R\$ 293.675,94	
	8	SOLUÇÃO DE SOFTWARES PARA O GERENCIAMENTO DO VMS	111490	Und	1	R\$ 788.738,72	R\$ 788.738,72	
	9	HARDWARE STORAGE DE ARMAZENAMENTO (ENTREGUE COM 192 TB) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Storage Dell EMC PowerVault ME4	458073	Und	1	R\$ 442.336,80	R\$ 442.336,80	
	10	ESTAÇÕES DE TRABALHO DE VIDEOMONITORAMENTO (WORKSTATION) Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior à Estação de Trabalho Lenovo ThinkStation P520	150585	Und	12	R\$ 21.804,00	R\$ 261.648,00	

11	LICENÇAS ANALÍTICOS ESPECIAIS PARA O VMS - RECONHECIMENTO FACIAL	111490	Und	40	R\$ 8.964,90	R\$ 358.596,00
12	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R1, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO	20788	Und	133	R\$ 1.275,00	R\$ 169.575,00
13	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R2, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO	20788	Und	61	R\$ 1.404,06	R\$ 85.647,66
14	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"	20788	Und	133	R\$ 51,87	R\$ 6.898,71
15	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) DE 2", PARA REDE EXTERNA	469322	m	8.280	R\$ 11,41	R\$ 94.474,80
16	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA COM TAMPA CONCRETO	20788	Und	69	R\$ 559,95	R\$ 38.636,55
17	CABO ÓPTICO 6 FO SM	41521	m	720	R\$ 12,76	R\$ 9.187,20
18	CABO ÓPTICO 12 FO SM	41521	m	4.240	R\$ 15,31	R\$ 64.914,40
19	CABO ÓPTICO 24 FO SM	41521	m	3.320	R\$ 33,17	R\$ 110.124,40
20	POSTE DE CONCRETO 9M COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Poste Romagnole Circular de Concreto Cônico para Rede de Distribuição - R	12424	Und	69	R\$ 1.981,53	R\$ 136.725,57
21	ABRIGO DE CAMPO PARA EQUIPAMENTOS DE PERÍMETRO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO	10421	Und	69	R\$ 1.657,60	R\$ 114.374,40
22	CORDÃO ÓPTICO LC DUPLEX 9/125	41521	Und	200	R\$ 334,40	R\$ 66.880,00
23	PROTETOR SURTO ELÉTRICO + UTP	107468	Und	100	R\$ 128,71	R\$ 12.871,00
24	PATCH CORD DE 3M, RJ 45, CAT 6	406260	Und	100	R\$ 58,50	R\$ 5.850,00
25	PATCH CORD DE 6M, RJ 45, CAT 6	465454	Und	100	R\$ 91,89	R\$ 9.189,00
26	ENLACES DE DIO MODULAR 24FO LC - Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Módulo Básico Furukawa	41521	Und	29	R\$ 1.913,92	R\$ 55.503,68
27	TERMINADOR ÓTICO 6 PORTAS	335880	Und	100	R\$ 178,63	R\$ 17.863,00
28	CONVERSOR DE MÍDIA SM (MONOMODO) 100/1000 Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Conversor Planet GT-80x	64394	Und	200	R\$ 693,52	R\$ 138.704,00
29	CABO DE DADOS UTP CATEGORIA 6	305272	m	23.165	R\$ 7,56	R\$ 175.127,40
30	CONECTOR RJ-45 FÊMEA CAT 6	362035	Und	608	R\$ 56,55	R\$ 34.382,40
31	ITEM CANCELADO					
32	PATCH CORD DE 2M, RJ 45, CAT 6	465452	Und	1.216	R\$ 58,50	R\$ 71.136,00
33	ESPELHO DE ACABAMENTO 4 X 2 SAÍDA RJ 45	338434	Und	608	R\$ 18,78	R\$ 11.418,24
34	SWITCH DE ACESSO PARA A SOLUÇÃO Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Switch DELL EMC PowerSwitch N3024EP	122971	Und	47	R\$ 12.841,89	R\$ 603.568,83



35	SWITCH DE DISTRIBUIÇÃO PARA A SOLUÇÃO Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Switch Dell EMC Networking N4032F	122971	Und	1	R\$ 78.365,90	R\$ 78.365,90	
36	PATCH PANEL 24 PORTAS CAT 6 Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Patch Panel 24 portas Furukawa carregado com 24 conectores fêmea Cat.6 Furukawa	464695	Und	47	R\$ 1.683,65	R\$ 79.131,55	
37	CABO ÓPTICO 6 FO SM, LIGAÇÃO ENTRE SALAS TÉCNICAS (SWITCH - SWITCH)	41521	m	7.340	R\$ 12,76	R\$ 93.658,40	
38	RACK DE 44U	413546	Und	1	R\$ 4.686,75	R\$ 4.686,75	
39	MINI RACK DE 16U	309005	Und	3	R\$ 1.206,96	R\$ 3.620,88	
40	MINI RACK DE 5U	309004	Und	27	R\$ 637,97	R\$ 17.225,19	
41	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1"	430277	m	697	R\$ 30,62	R\$ 21.342,14	
42	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 3/4"	430253	m	11.489	R\$ 14,40	R\$ 165.441,60	
43	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1 1/2" (DN 40MM) TIPO MÉDIO, INCLUSIVE CONEXÕES	430276	m	425	R\$ 38,55	R\$ 16.383,75	
44	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	430278	m	191	R\$ 57,85	R\$ 11.049,35	
45	ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL 3/4"	337815	m	170	R\$ 12,20	R\$ 2.074,00	
46	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"	20788	Und	78	R\$ 56,14	R\$ 4.378,92	
47	CONDULETE 4x2x2" MÚLTIPLO DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTOS, DE SOBREPOR, COM CONEXÕES E ACESSÓRIOS	20869	Und	468	R\$ 56,14	R\$ 26.273,52	
48	ELETROCALHA PERFURADA OU LISA DE 50X50 MM	426246	m	1.016	R\$ 35,73	R\$ 36.301,68	
49	ELETROCALHA 100 MM X 50 MM	413359	m	695	R\$ 47,36	R\$ 32.915,20	
50	ELETROCALHA 100 MM X 100 MM	411002	m	3.651	R\$ 61,25	R\$ 223.623,75	
51	ELETROCALHA 200 MM X 50 MM	428097	m	3	R\$ 86,77	R\$ 260,31	
52	PERFILADO 38 MM X 38 MM	427944	m	2.721	R\$ 28,79	R\$ 78.337,59	
53	CAIXA DE PASSAGEM OU DISTRIBUIÇÃO DE 100x100x50 MM	391657	Und	47	R\$ 35,10	R\$ 1.649,70	
54	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 2 KVA Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Nobreak VSI Rack 2KVA Dupla Conversão	150648	Und	15	R\$ 6.078,01	R\$ 91.170,15	
55	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 5 KVA Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Nobreak VSI Rack 5KVA Dupla Conversão	150648	Und	12	R\$ 17.718,78	R\$ 212.625,36	
56	ITEM CANCELADO						
57	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO TORRE PARA 10 KVA Marca/Modelo de Referência: Igual, similar ou superior ao Nobreak Engetron Double Way Monofásico Modular de 10KVA	150648	Und	3	R\$ 37.199,15	R\$ 111.597,45	

	58	CABO DE COBRE 10MM² ISOLADO PVC 600/1000V	41920	m	8.280	R\$ 11,48	R\$ 95.054,40	
	59	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (2 KVA)	403122	und	15	R\$ 2.551,89	R\$ 38.278,35	
	60	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (5 KVA)	403122	und	12	R\$ 3.054,75	R\$ 36.657,00	
	61	ITEM CANCELADO						
	62	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (10 KVA)	403122	Und	3	R\$ 4.072,90	R\$ 12.218,70	
	63	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DA ALVORADA (PA): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO	22977	Und	1	R\$ 194.670,00	R\$ 194.670,00	
	64	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO JABURU (PJ): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO	22977	Und	1	R\$ 133.242,25	R\$ 133.242,25	
	65	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NA RESIDÊNCIA OFICIAL DA GRANJA DO TORTO (GT): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO	22977	Und	1	R\$ 142.759,56	R\$ 142.759,56	
	66	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO PLANALTO, NO COMPLEXO DA VIA N2 E NO PAVILHÃO DE METAS (PPI): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO. INCLUI TAMBÉM A INSTALAÇÃO DE TODOS OS DISPOSITIVOS (SERVIDOR, STORAGE, SWITCHES, ETC) NA SALA COFRE LOCALIZADA EM ÁREA DO PALÁCIO DO PLANALTO	22977	Und	1	R\$ 574.008,62	R\$ 574.008,62	
	67	SERVIÇO DE TREINAMENTO NA SEDE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL (DSEG), EM BRASÍLIA/DF, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 20 HORAS PARA 20 ALUNOS - SUPERVISÃO E OPERAÇÃO DE VMS - COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE (C3)	20052	Und	1	R\$ 12.556,87	R\$ 12.556,87	
-	68	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	150010	Und	8	R\$ 1.644,33	R\$ 13.154,64	Não se aplica
-	69	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	150010	Und	4	R\$ 2.416,25	R\$ 9.665,00	Não se aplica

-	70	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	150010	Und	6	R\$ 2.867,84	R\$ 17.207,04	Não se aplica
-	71	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	150010	Und	2	R\$ 7.409,16	R\$ 14.818,32	Não se aplica
-	72	EQUIPAMENTO DE CONTROLE DIGITAL DE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA PARA SALAS TÉCNICAS COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	43559	Und	20	R\$ 1.062,62	R\$ 21.252,40	Não se aplica
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 10.657.361,39</b>	

\* Os preços estimados na tabela acima serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.

\*\* Os itens 31, 56 e 61 foram cancelados e excluídos do presente Termo de Referência após a suspensão do pregão eletrônico, tendo em vista a necessidade de realização de ajustes técnicos oriundos dos questionamentos realizados antes da suspensão do pregão eletrônico.

1.2 O alcance da contratação abrange os seguintes componentes e serviços:

1.2.1 Solução de Sistema de Vídeo Monitoramento composta de:

1.2.1.1 Sistema de videomonitoramento com vídeo analíticos (Apêndice 2);

1.2.1.2 Solução de armazenamento;

1.2.1.3 Estações de Trabalho para videomonitoramento;

1.2.1.4 Infraestrutura, Rede Lógica, Rede Elétrica e Tecnologia da Informação (Apêndice 1);

1.2.1.5 Serviços Profissionais de Instalação, configuração, treinamento, garantia e suporte técnico.

1.2.2 Aquisição de condicionadores de ar para refrigeração das salas técnicas da Presidência da República que receberão os equipamentos da solução de videomonitoramento (conforme especificações constantes do Apêndice IV, sendo a instalação dos mesmos, de responsabilidade da CONTRATANTE);

1.3 Destaca-se, na tabela abaixo, o alinhamento da contratação pretendida em relação aos instrumentos de programação estratégica da Presidência da República e do GSI/PR:

<b>ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS</b> Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR (2018-2023)	
<b>ID</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>
OE-2	Garantir a soberania, os interesses nacionais e a Segurança do Estado.
OE-6	Aperfeiçoar os mecanismos de Governança e Gestão Corporativa.
OE-7	Promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e transformação digital.
OE-14	Proporcionar soluções tecnológicas, integradas, seguras e de alto desempenho.

<b>ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS</b> Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (2019-2022)
--

ID	Objetivos Estratégicos
OE01	Entregar soluções de TIC que agreguem valor estratégico para a PR.
OE05	Promover a inovação de soluções de TIC
OE06	Viabilizar o uso da inteligência da informação como solução de TIC
OE11	Promover o processo contínuo de modernização da infraestrutura e serviços de TIC

ALINHAMENTO AO PDTIC (2019-2020)			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A33	Atualizar infraestrutura tecnológica dos Palácios e Residências oficiais, e dos Escritórios Regionais	A33	Aquisições e contratações realizadas
A75	Adquirir solução de alta disponibilidade para receber e processar dados em Servidor Corporativo que hospede sistema de Videowall	A75	Solução adquirida

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição
1	Monitoramento Circuito Fechado TV (Grau de prioridade: Alta)

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ressalta-se que a presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade e alinhada aos objetivos estratégicos da Presidência da República, conforme à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Como forma de buscar, constantemente, a melhoria da gestão dos processos e a eficiência do gasto público, faz-se necessária a adoção de medidas que são proporcionadas pelos meios de TIC, no sentido de complementar a Segurança Presidencial.

2.2 A contratação em comento pretende atingir os seguintes objetivos e ações:

2.2.1 Promover a inovação de soluções de TIC (OE05-DITEC);

2.2.2 Viabilizar o uso da inteligência da informação como solução de TIC (OE06-DITEC);

2.2.3 Garantir a soberania, os interesses nacionais e a Segurança do Estado (OE02- GSI/PR);

2.2.4 Proporcionar soluções tecnológicas, integradas, seguras e de alto desempenho (OE14- GSI/PR);

2.2.5 Atualizar infraestrutura tecnológica dos Palácios e Residências oficiais, e dos Escritórios Regionais (A33 – PDTIC); e

2.2.6 Adquirir solução de alta disponibilidade para receber e processar dados em Servidor Corporativo que hospede sistema de Vídeo Wall (A75 – PDTIC).

2.3 Ainda, no sentido de moldar as justificativas nos termos do Art. 15 da IN. SGD/ME nº 1/2019, importante citar :

2.3.1 Compete ao Gabinete de Segurança Institucional zelar pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, além de zelar pela segurança pessoal do Presidente da República e do Vice-Presidente da República e dos seus familiares e, também, quando determinado pelo Presidente da República, zelar pela segurança pessoal dos titulares da Casa Civil, da Secretaria de Governo, da Secretaria-Geral, do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e do Gabinete de Segurança Institucional; e, excepcionalmente, de outras autoridades federais, tudo conforme a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e o Anexo I do Decreto nº 9.668, de 2 de janeiro de 2019.

2.3.2 A aquisição de um sistema de videomonitoramento é fundamental para que imagens das dependências presidenciais, no entorno das edificações e em locais estratégicos, sejam capturadas de maneira adequada, gerando informações suficientes para que a instituição execute ações que garantam a segurança das mesmas. O estudo para o levantamento das áreas a serem monitoradas foi realizado nos anos de 2017, 18 e 19 e nele foram apontados os devidos locais julgados estratégicos pelo GSI.

2.3.3 A quantidade de áreas relevantes da Presidência a serem monitoradas pelo CIC3 (Centro Integrado de Coordenação, Comando e Controle) também é uma das principais justificativas operacionais para aquisição da Solução de Videomonitoramento. Devido à quantidade significativa de áreas (superior a 330.000 m²), o CIC3 necessitará de uma solução que viabilize a visualização simultânea e, para isso, é necessária a aquisição de uma solução totalmente aderente às operações da instituição.

2.3.4 O sistema de videomonitoramento desempenha papel importante, trabalhando em conjunto com o sistema de controle de acessos e com os agentes de segurança das instalações de e, de certa forma, complementando estes, pois visa inibir principalmente agressões pessoais, episódios de furtos e roubos e invasões as instalações presidenciais. Também destina-se a resgatar e reservar, quando necessário, as imagens provenientes destas ocorrências (forense).

2.3.5 O princípio de Eficiência na administração pública também justifica a aquisição de uma Solução de Videomonitoramento, já que, através desta aquisição, será possível reduzir gastos com agentes de segurança dedicados ao monitoramento de imagens e das instalações. Essa redução de gastos será gerada porque a Solução possui funcionalidades automatizadas que diminuem a quantidade necessária de operadores, bem como a possibilidade de análise de vídeo futura para perícia e auditoria de eventuais ocorrências.

2.3.6 A solução em fomento deverá ter o seu gerenciamento e armazenamento das imagens captadas descentralizado em cada sítio. O monitoramento será feito centralizado no Palácio do Planalto. Além disso, terá a capacidade de integrar-se aos demais subsistemas do ProPR quando da sua totalidade implantada, bem como com monitoramento e supervisão efetuado a partir do CIC3 do GSI/PR.

2.3.7 Para tanto, espera-se que a solução tenha monitoramento contínuo com reconhecimento facial e Inteligência Artificial.

2.3.8 E, assim, deu-se a devida identificação das necessidades tecnológicas necessárias à solução de videomonitoramento.

2.3.9 Neste sentido, é importante considerar a finalidade, o cliente e o que se pretende entregar à sociedade, na pessoa das autoridades que representam o Estado. A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (Parágrafo Único do art. 10), fez constar *in verbis*:

“Os locais e adjacências onde o Presidente da República e o Vice-Presidente da República trabalhem, residam, estejam ou haja a iminência de virem a estar são considerados **áreas de segurança das referidas autoridades**, e cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para os fins do disposto neste artigo, adotar as medidas necessárias para sua proteção e coordenar a participação de outros órgãos de segurança.” **(grifo nosso)**

2.3.10 Assim, a legislação supracitada, contempla esta necessidade e demonstra mais solidez na visão iniciada em 2016, ao projetar um sistema de segurança integrada, que terá o seu funcionamento numa rede segregada da demais da Presidência da República.

2.3.11 Não obstante, esta premissa também se alinha às orientações previstas na Lei de Acesso à Informação, pois a solução para o sistema de captura de imagens do videomonitoramento deverá disponibilizar o *streaming* de imagem em toda a rede de segurança. E, caso ela esteja disponível ou trafegando numa rede que não atendam as especificidades da segurança presidencial, poderá não atender às boas práticas de segurança da informação, com a possibilidade de vazamento de

[...] “informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as)”. Sobre este ponto, a LAI fez constar que estas informações “serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição”.

2.3.12 Nesse sentido, visando cumprir suas atribuições legais, a demanda em tela busca prover as instalações da Presidência da República de eficaz sistema de videomonitoramento, que permita cobrir todas as áreas de segurança das instalações, bem como acompanhar a circulação de pessoal orgânico e visitantes.

2.3.13 Atualmente, o Palácio do Planalto não dispõe deste tipo de solução própria, apenas comodato com um número reduzido de câmeras, estando suas áreas com monitoramento eletrônico carente de aperfeiçoamento.

2.3.14 Este projeto também visa implementar um novo serviço, até então inovador no GSI e na PR, com um sistema de videomonitoramento. Com esta tecnologia será agregado um valioso apoio ao trabalho da Segurança das Instalações, a qual controla os pontos de acesso as instalações presidenciais, possibilitando identificar imediatamente servidores, trabalhadores terceirizados, visitantes, autoridades, para que cada tipo de público receba o encaminhamento adequado. Por outro lado, também será possível identificar imediatamente indivíduos que possuem alguma restrição de acesso, com o alerta instantâneo aos operadores no CIC3, melhorando o tempo de resposta das ações da Segurança Presidencial e reduzindo a probabilidade de falhas e vulnerabilidades (permissão de entrada indevida) que comprometa os representantes do Estado.

2.3.15 Ciente dessa e outras necessidades estruturais que fragilizam a segurança das instalações e autoridades, o Gabinete de Segurança Institucional conduz medidas para dotar a Presidência da República de uma moderna Solução para um Sistema de Videomonitoramento para as Instalações Presidenciais

2.3.16 Consta no Plano de Anual de Contratação para o ano de 2020 (PAC-2020) à aquisição de solução para um sistema de videomonitoramento (Monitoramento Circuito Fechado TV - Grau de prioridade: Alta), nos termos da demanda descrita no DOD.

2.3.17 Esta aquisição está inserida dentro de um planejamento mais amplo de segurança das instalações presidenciais e que engloba mais quatro (4) anos e visa, durante este período, fornecer a solução e as câmeras de videomonitoramento adequadas e suficientes para suprir as demandas já planejadas e quantificadas e também as que surgirem eventualmente. Os quantitativos são proporcionais à capacidade territorial das instalações presidenciais, que foram minuciosamente calculados, no sentido em suprir os objetivos e complementar a segurança nestes locais.

2.3.18 Toda a solução do sistema de videomonitoramento deverá ter uma garantia de 60 (sessenta) meses, contados a partir da entrega definitiva de cada sítio. Esse período de 60 meses é importante, tendo em vista os investimentos tecnológicos na solução e a necessidade de manutenção do nível de eficiência e atualização desse acervo tecnológico. Além disso, essa garantia no período de 60 meses engloba o período de custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) previsto na IIN. SGD/ME nº 1/2019 que trata sobre contratações de TI. O período de cinco anos é observado dentro da TI como o mínimo necessário para o ciclo de vida dos bens e serviços de uma solução de TIC, para fins de garantia e manutenção.

2.4 O cumprimento dos supramencionados objetivos deve observar a discriminação técnica abaixo (em observância ao disposto no art. 14 da IN. SGD/ME nº 1/2019):

<b>DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS</b>
--

Pretende-se, no presente documento, a contratação/aquisição de uma solução para um sistema de videomonitoramento para as instalações presidenciais compostas por 4 (quatro) sítios, conforme descrito no Apêndice 3, a saber: Palácio do Planalto Integrado (Palácio do Planalto, Complexo da N2 e Pavilhão das Metas), Palácio da Alvorada, Palácio do Jaburu e Residência Oficial da Granja do Torto, conforme o disposto no Documento de Oficialização da Demanda (DOD).
---

2.5 O sistema de videomonitoramento surgiu da necessidade de se apresentar uma solução moderna, racional e eficaz, convergindo para as normas de segurança existentes na Presidência da República (PR) e que sirva de indicador estratégico para medir o índice de segurança nas instalações presidenciais (sítios).

2.6 A aquisição de uma solução para um sistema de videomonitoramento é fundamental para que imagens dos sítios, no entorno das edificações e em locais estratégicos, sejam capturadas de maneira adequada, gerando informações suficientes para que a instituição execute ações que assegurem a segurança das mesmas.

2.7 A necessidade de alta qualidade de imagem gerada pelas câmeras também fundamenta a aquisição desta solução, já que os operadores do Centro Integrado de Coordenação, Comando e Controle (CIC3) precisarão realizar interpretações adequadas dos fatos no entorno dos locais e em locais estratégicos e assim entregar as informações necessárias para a tomada da decisão pelo GSI.

2.8 A quantidade de áreas relevantes da Presidência, a serem monitoradas pelo CIC3, também é uma das principais justificativas operacionais para aquisição da Solução de Videomonitoramento. Devido à quantidade significativa de áreas a serem monitoradas (superior a 330.000 m<sup>2</sup>). De certo, o CIC3 necessitará de ferramentas que viabilize a visualização simultânea e, para isso, é necessária a aquisição de uma solução totalmente aderente às operações da instituição.

2.9 O princípio de Eficiência na administração pública também justifica a aquisição de uma Solução de Videomonitoramento, já que, através desta aquisição será possível reduzir gastos com agentes de segurança dedicados ao monitoramento de imagens. Essa redução de gastos será gerada porque a Solução, objeto desta contratação, possui funcionalidades automatizadas que diminuem a quantidade necessária de operadores, bem como a possibilidade de análise vídeo futura para perícia de eventuais ocorrências.

2.10 A solução em fomento deverá ter o seu gerenciamento e armazenamento das imagens captadas de modo descentralizado em cada sítio (independentes, quanto a captura) e com a capacidade de ser gerenciado e monitorado, centralizadamente, feito centralizado no Palácio do Planalto (CIC3). Assim sendo, o sistema de videomonitoramento, ainda, deverá ter a capacidade de integrar-se aos demais módulos do Sistema ProPR, quando da sua totalidade implantada, bem como com monitoramento e supervisão efetuado a partir do CIC3 (Centro Integrado de Coordenação, Comando e Controle) do GSI/PR, cuja base legada é o atual SIS – Sistema Integrado de Supervisão.

2.11 A especificação das necessidades e requisitos técnicos necessários - a serem contemplados pela aquisição em referência - encontra-se descrita, em sua integralidade, nos termos dos Apêndice 1, 2, 3 e 4 ao Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a aquisição de uma solução para um sistema de videomonitoramento para as instalações presidenciais. A quantidade de equipamentos em comento objetiva atender 4 (quatro) sítios e a sua previsibilidade quantitativa e qualitativa encontram-se **descritas nos apêndices 1, 2, 3 e 4.**

### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1 A natureza do objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 Prazo de entrega dos bens do Grupo I é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (Apêndice 5), em remessa única, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Departamento de Segurança Presidencial, Coordenação-Geral de Logística, Avenida N-2 Norte – S/N, Fundos do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61) 3411-6582.

5.1.1 A emissão de Ordens de Fornecimento seguirá o planejamento da execução dos serviços de implantação da solução de videomonitoramento, conforme Apêndice 11.

5.1.2 A emissão de Ordens de Fornecimento atenderá a cada etapa dos serviços acima descritos no Apêndice 11, evitando-se a emissão de Ordens de Fornecimento para materiais que não possam ser empregados imediatamente.

5.1.2.1 Caso necessário, em coordenação com a CONTRATADA, poderão ser emitidas Ordens de Fornecimento para mais de uma etapa dos serviços a serem executados;

5.1.2.2 O atraso na entrega de bens não será causa de justificação para acréscimo de prazos na execução dos serviços, estando a CONTRATADA sujeita às adequações de pagamento, previstas no Índice de Medição de Resultados (IMR), constante do Apêndice 10.

5.1.3 A sequência das etapas descritas no Cronograma Físico-Financeiro (Apêndice 11) poderão ser alteradas, conforme necessidade e em comum acordo entre a CONTRATADA e CONTRATANTE.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da instalação e configuração dos equipamentos, respeitado o previsto no Apêndice 11 - Cronograma de Execução, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado (Apêndice 7).

5.4.1 A verificação da qualidade, de que trata o item acima, se dará após a instalação dos bens, após a qual se dará o recebimento definitivo.

5.4.1.1 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 A CONTRATANTE, designará uma Comissão de Recebimento composta de pelo menos 3 (três) membros para receber os equipamentos e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo (Apêndice 8).

5.7 A instalação dos equipamentos deverá ser agendada com a CONTRATANTE, visando o cadastramento os funcionários indicados pela CONTRATADA, para a execução dos serviços.

5.7.1 A execução dos serviços de instalação ocorrerá no período das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira e aos sábados (quando necessário).



5.7.2 Os testes da avaliação técnica de aceitação do equipamento, objeto deste Termo de Referência, serão realizados, nos locais de instalação dos equipamentos.

5.7.3 A avaliação deverá obrigatoriamente, abranger todos os elementos inerentes às interfaces de funcionalidades, operação, layout, formatação, configurações, edições de dados (incluir, excluir e modificar), para os itens pertinentes definidos neste Termo de Referência;

5.7.4 Para a realização das atividades previstas nos testes de avaliação técnica do objeto do certame, a CONTRATADA deve disponibilizar, obrigatoriamente, representantes técnicos que executarão todos os procedimentos necessários, sob orientação da Comissão Técnica de Avaliação do DSeg/GSI;

5.8 Treinamento de Funcionalidades (Instrução Técnica e Operacional):

5.8.1 Após a execução da última etapa dos serviços de implantação da solução de videomonitoramento, descritos no Apêndice 11, a CONTRATADA deverá realizar o treinamento de servidores da CONTRATANTE, previsto no item 64 do objeto.

5.8.2 Para a execução do serviço de treinamento na sede do Departamento de Segurança Presidencial (DSEG), em Brasília/DF, com duração mínima de 20 horas para 20 alunos - Supervisão e Operação de VMS - Coordenação, Comando e Controle (C3), a CONTRATANTE disponibilizará ambiente físico adequado (sala de aula).

5.8.2.1 Caso sejam necessários outros recursos, tais como apostilas, softwares, etc, os mesmos deverão ser providenciados e fornecidos pela CONTRATADA.

5.9 A garantia de toda a solução de videomonitoramento que compõe o grupo I (item 1 ao 67), será de no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para os demais itens a garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses.

5.9.1 Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de comercialização dos equipamentos e não serão aceitos, em hipótese alguma, outros condicionantes para o início da mesma como auditorias, estudos ou avaliações técnicas prévias, aplicações de recomendações por parte da contratada e etc.;

5.9.2 A garantia do fabricante dos bens constante do grupo I (item 1 ao 67) poderá ser complementada por garantia fornecida pela CONTRATADA, conforme modelo constante do Apêndice 12 deste Termo de Referência, a qual deverá ser apresentada na entrega dos bens.

5.9.3 Durante todo o período de Garantia, a CONTRATADA é responsável, pela atualização dos softwares (mantendo sempre na última versão homologada pelo fabricante) e serviços de manutenção de hardwares, que se fizerem necessários, para que a garantia não seja prejudicada e sem custo adicional para a CONTRATANTE, incluindo todos os serviços, mão de obra, despesas com deslocamento, hospedagens, peças e materiais substituídos;

5.9.3.1 Caso o(s) equipamento(s) apresente(m) algum defeito, a CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço à CONTRATADA, acionando a Assistência Técnica.

5.9.3.1.1 Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram (ON-SITE);

5.9.3.1.2 A CONTRATADA deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema. O atendimento deve ser realizado em regime 24x7 (vinte quatro horas – sete dias por semana);

5.9.3.1.2.1 A CONTRATADA também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;

5.9.3.1.2.2 A CONTRATADA deverá possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

5.9.3.1.3 A CONTRATADA deverá oferecer serviço e ferramentas de diagnóstico e troubleshooting, na qual os técnicos da CONTRATADA, de modo presencial no CIC3, utilizam o Servidor Central para se conectarem diretamente ao sistema do usuário, através da rede segura, para agilizar e melhorar o processo de solução de problemas na solução local e nos demais sítios;

5.9.4 Todas as peças e materiais de reposição utilizados no equipamento, durante o Período de Garantia, devem ser novos, não sendo aceitos itens usados ou reconicionados, inclusive os acessórios;

5.9.4.1 Durante o prazo de Garantia, em caso de ocorrência de falha e necessidade de reposição dos dispositivos de armazenamento, esses devem ficar em posse da CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade das informações;

5.9.5 O período transcorrido a partir da constatação pela CONTRATANTE de defeito nos equipamentos e/ou acessórios que altere o desempenho do equipamento, funcionalidades ou que resulte em inoperância do equipamento, até a sua efetiva correção, será somado ao Período de Garantia;

5.9.5.1 Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inapropriado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à CONTRATADA.

5.9.6 A CONTRATADA deverá dispor de Assistência Técnica:

5.9.6.1 A CONTRATADA deverá dispor de canal de comunicação direto ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual dos chamados técnicos;

5.9.6.2 Durante o Período de Garantia a Assistência Técnica dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, terá atendimento “on-site” após o chamado técnico em, no máximo 48 (quarenta e oito) horas.

5.9.6.3 O prazo de recuperação será contado a partir do atendimento do chamado técnico descrito anteriormente, com solução definitiva por prazo não superior a 72 h (setenta e duas horas);

5.9.6.4 Não sendo possível a recuperação do item de fornecimento que apresente defeito no prazo de 72 h (setenta e duas horas), durante o período de garantia, deve ser providenciada a substituição do mesmo por um item equivalente ou superior, em caráter provisório, no prazo de até 05 d (cinco dias) corridos contados a partir do prazo final para solução definitiva descrito no item anterior, conforme especificado no item 5.9.6.3;

5.9.6.4.1 Os discos rígidos e/ou unidades SSD (Solid State Drive) que equipam o(s) servidor(es), storage, gravadores de vídeo e estações de trabalho (workstation) não poderão ser removidos das dependências da CONTRATANTE sob qualquer circunstância. Na hipótese de reparo do equipamento se realizar dentro das dependências da CONTRATANTE e uma vez detectada a necessidade de troca de um disco rígido e/ou SSD, esse deverá ser substituído por uma nova unidade e a unidade defeituosa deverá permanecer sob guarda da CONTRATANTE.

5.9.6.5 O prazo para o restabelecimento do item de fornecimento inoperante, após a substituição em caráter provisório, é de até 30 d (trinta dias) úteis a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica. Após este prazo, a substituição passará a ser definitiva, desde que o item substituto seja novo;

5.9.6.6 Se a substituição, em caráter provisório, do item de fornecimento inoperante tiver sido feita por um item usado, a CONTRATADA deverá efetuar a retirada do mesmo e providenciar

um novo item para reposição simultânea, no mesmo prazo estabelecido no item anterior, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.9.6.7 A realização da manutenção deve ser acompanhada da respectiva Ordem de Serviço (OS), descrita no Apêndice 6, devidamente preenchida, informando os motivos da pane apresentada e as ações tomadas para saná-la.

5.9.6.8 Será emitida, sem ônus para a CONTRATANTE, 01 (uma) cópia da ordem de serviço devidamente preenchida e assinada pelo técnico da CONTRATADA e por um membro da fiscalização local, para guarda na respectiva localidade.

5.9.6.9 As manutenções só poderão ser efetuadas por agentes credenciados e qualificados pela CONTRATADA ou fabricante; e

5.9.6.10 Caso ocorram 03 (três) chamadas, devidamente formalizadas, para problemas de mesma natureza e para um mesmo equipamento ou acessórios, que são os itens integrantes do fornecimento, a CONTRATADA deverá substituir todas as partes integrantes do item que apresentar defeitos repetitivos ou o item de fornecimento (equipamento e/ou acessório) completo, às suas expensas, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis após ser notificado pela CONTRATANTE.

5.10 O prazo de entrega dos bens referentes aos itens 68, 69, 70, 71 e 72 é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Departamento de Segurança Presidencial, Coordenação-Geral de Logística, Avenida N-2 Norte - S/N, Fundos do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61) 3411- 6582.

5.11 Para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado, devem ser observados os termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, não sendo aceitos equipamentos que contenha ou façam uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6.1 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro (Apêndice 11);

6.1.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

6.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.1.8.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

6.1.8.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.1.8.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

6.1.8.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.1.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.1.10 Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.1.11 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.1.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

7.1.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.12 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

7.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.14 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.1.16 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.1.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos como despesas indiretas, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

7.1.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.23 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.24 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.1.25 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

7.1.26 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

7.1.27 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.1.28 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

7.1.29 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.1.30 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Lei nº. 6.496/77 e Lei nº 12.378/2010);

7.1.31 Antes de ser iniciado qualquer serviço referente a esta contratação, a CONTRATADA deverá fazer a vistoria no local acompanhada pela FISCALIZAÇÃO, identificando todas as interferências possíveis, como fundações, áreas externas, redes de utilidades, cercas etc.

7.1.32 A CONTRATADA deverá providenciar todo tipo de sinalização de alerta e orientação, bem como interditar o acesso de pessoas estranhas à serviço, através de tapumes de madeira, lonas e cercas, conforme prescreve a NR-18. Todas as medidas para sinalização, interdição e isolamento da área deverão ser submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO e estar de acordo com as normas internas de segurança.

7.1.33 A CONTRATADA deverá manter, no canteiro de serviços, medicamentos básicos de primeiros socorros, dispostos em kit (s) compatível como o número de empregados do serviço e com a atividade desenvolvida (vide NR-7), bem como profissional treinado para este fim. Deverá haver no local, equipamentos para proteção e combate a incêndio, na forma da legislação em vigor e todo o tipo de placas e sinais indicativos requeridos pelas normas e NR do MTE relativos ao trabalho em segurança.

7.1.34 Em nenhuma hipótese, deverá existir material nas áreas do canteiro que não esteja sistematicamente empilhado em local previamente identificado para essa finalidade. O projeto do canteiro de serviços deverá prever local destinado à armazenagem de todos os materiais a serem empregados no serviço. A FISCALIZAÇÃO determinará à CONTRATADA a imediata retirada de qualquer material encontrado fora dos locais projetados ou a reorganização daquela cuja armazenagem não se enquadre em padrões de elevada qualidade e produtividade.

7.1.35 A CONTRATADA deverá zelar pela ordem e disciplina em todas as dependências do serviço, bem como pela segurança e organização de todos os materiais e equipamentos. É de sua responsabilidade o fornecimento de água fria filtrada (preferencialmente por meio da instalação de bebedouro no barracão de serviços) em copos individuais ou descartáveis a todos os operários.

7.1.36 A CONTRATADA deverá comunicar à Delegacia Regional do Trabalho - DRT, antes do início do serviço, as seguintes informações: endereço do serviço; endereço do CONTRATANTE e da contratada; tipo de serviço; data prevista para início e término do serviço; número máximo previsto de trabalhadores no serviço. Deverá apresentar à Fiscalização um comprovante da comunicação feita à DRT.

7.1.37 Quando a CONTRATADA possuir 20 (vinte) ou mais operários trabalhando no serviço, deverá apresentar o PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho), elaborado por profissional habilitado (técnico ou engenheiro de segurança do trabalho), que seguirá obrigatoriamente as especificações e procedimentos constantes do item 18.3 da NR-18, da Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, com suas alterações. A carga horária do programa educativo a que se refere um de seus subitens será de, no mínimo, 6 (seis) horas.

7.1.38 Deverão ser usados por todos os trabalhadores do serviço equipamentos de proteção individual (EPI) básicos (vide NR-6), fornecidos pela CONTRATADA. Não será permitida a permanência de operários descalços ou utilizando chinelos de dedo ou sandálias, sem uniforme ou sem capacete no interior do serviço. É exigida inclusive a utilização de uniformes e/ou crachás das empresas subempreitadas pela CONTRATADA, que se responsabilizará pelo atendimento destas ordens por parte daquela. Será obrigatório, para todos os operários do serviço, inclusive os visitantes, a utilização de EPI conforme a exposição ao risco.

7.1.39 Os EPI e uniformes de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso. As áreas circunvizinhas ao canteiro de serviços deverão ser isoladas e sinalizadas.

7.1.40 Será exigido o fiel cumprimento de TODAS as Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho no que diz respeito à Medicina e Segurança do Trabalho, em particular a NR-18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO e a NR-10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE. A CONTRATADA que não cumprir as exigências de Segurança e Medicina do Trabalho será penalizada na forma da lei.

7.1.41 Em até 10 (dez) corridos anteriores à execução dos serviços em cada sítio, a CONTRATADA deverá fornecer ao GSI, bem como cópia ao Gestor do Contrato o seguinte:

7.1.41.1 Cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e do comprovante de recolhimento, com base no valor percentual consolidado no cronograma físico financeiro, os quais deverão ser mantidos em arquivo sob a responsabilidade do Serviço de Administração do Prédio; e

7.1.41.2 Informar o Nome, formação, número do CREA e endereço /telefone/ fax comercial do engenheiro coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional.

7.1.42 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da

respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.43 A solução de videomonitoramento deverá possuir protocolo que permita fazer integração, em nível de software, com software de terceiros, descrito no manual do fabricante.

7.1.43.1 Caso o manual do Fabricante não apresente o citado protocolo, a CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar ATESTADO, de que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) a tais requisitos.

## **8. SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 É permitida a subcontratação parcial dos itens 63, 64, 65 e 66 do objeto até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato de serviços desses itens, nas seguintes condições:

8.1.1 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

8.1.2 Somente poderão ser subcontratados, serviços referentes à instalação da infraestrutura de rede lógica e elétrica, tais como sistemas de aterramento elétrico, instalação de canaletas para passagem de cabos lógicos, e outros afins.

8.1.2.1 Não poderão ser subcontratados serviço de instalação de câmeras IP, switches, storage, servidores e gravadores de rede.

8.3 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.5 É permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes condições:

8.5.1 comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

8.5.2 Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas neste edital;

8.5.3 A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

8.5.4 Apresentação dos documentos exigidos para habilitação conforme o Edital por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

8.5.5 Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

8.5.6 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.5.7 No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no item 8.5.2 deste Termo de Referência.



8.5.8 O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso do item 8.5.1 deste Termo de Referência.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

10.5 Proibições – é expressamente proibida a veiculação de publicidade, direta ou indiretamente relacionada com os serviços constantes deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização por escrito do GSI/PR.

10.6 Segurança – Por questões de segurança, fica a Contratada obrigada a apresentar todas e quaisquer informações e documentações solicitadas pelo GSI/PR, dos profissionais indicados para a prestação de serviços. A Contratada e seus funcionários deverão observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente Presidência da República.

10.7 Sigilo – Será exigida da Contratada que cada profissional que venha a prestar serviços assine um termo de compromisso, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todos os dados e informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, o qual deverá ser entregue a Fiscalização do contrato.

10.8 A Contratada deverá manter sigilo absoluto a respeito de quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em documentos e mídias, de que venha a ter conhecimento

durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo GSI/PR a tais documentos.

10.9 Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência as normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no GSI/PR.

10.10 Idoneidade – O GSI/PR se reserva o direito de proceder a levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes a idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como

ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **12. DO REAJUSTE**

12.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## **13. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1 Para o fornecimento e instalação dos bens constante do grupo I (item 1 ao 67), será exigida garantia de execução, uma vez os itens compõem uma solução de considerável valor agregado e de suma importância à melhoria da segurança das instalações presidenciais.

13.2 A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da sua via do contrato assinada, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.3.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

13.3.2 seguro-garantia;

13.3.3 fiança bancária.

13.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

13.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.7 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.8 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

14.2.2 multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

14.2.6 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.7 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa prevista no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.6, 14.2.7 e 14.2.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.3.1 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.5.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

15.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados da planilha, tanto global quanto unitários, constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

15.2 Os critérios de julgamento da proposta são:

15.2.1 Menor preço global para os itens de 1 a 67 que compõem o grupo 01;

15.2.2 Menor preço total por item para os itens 68, 69, 70, 71 e 72;

15.2.3 Por se tratar da aquisição de uma solução, a CONTRATADA para o fornecimento dos itens componentes do grupo I, é também responsável pela execução dos serviços de instalação, evitando-se com isso os riscos de incompatibilidade de conexão dos itens, se adquiridos em separado ou instalados por empresas distintas. A aquisição conjunta da solução num único grupo também se justifica pela necessidade de estabelecimento da interoperabilidade do Sistema de Videomonitoramento, haja vista que são vários produtos de fabricantes distintos compostos por hardwares, softwares, câmeras, infraestrutura lógica e elétrica, bem como diferentes serviços de instalação, configuração, treinamento e garantia. O fornecimento de itens da solução por mais de uma empresa, sem a devida coordenação, comprometeria o requisito de interoperabilidade, qualidade e efetividade, que é mandatório para o perfeito funcionamento da solução, haja vista a complexa rede de coordenação entre os sistemas, impactando a qualidade e efetividade dos resultados da contratação e dificultando a identificação de responsáveis no caso de mal funcionamento de algum item componente da solução.

15.3 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.4 Para o grupo I, os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.4.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

15.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.4.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

15.4.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

15.4.2.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

15.4.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.4.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

15.4.5 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, 6º, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

15.5 Para o Grupo 1: Comprovação de aptidão para o fornecimento e instalação de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.5.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão possuir as seguintes características mínimas:

15.5.1.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a experiência em fornecimento e instalação de, pelo menos, 200 (duzentas) câmeras IP (independente do tipo), conforme abaixo descrito:

Item do TR	Quantidade a ser contratada	Parcela relevante para fins de atestado
1, 2, 3, 4, 5, 63, 64, 65 e 66	Fornecimento e instalação de 708 câmeras de 5 tipos (itens 1, 2, 3, 4, 5 do Grupo 1 da tabela do subitem 1.1 do TR)	Fornecimento e instalação de 200 câmeras IP

15.5.1.1.1 A presente demanda trata da instalação de 708 câmeras de vigilância, devendo a empresa interessada apresentar atestado de capacidade que comprove o fornecimento e instalação de, pelo menos, 200 câmeras IP;

15.5.1.1.2 Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo de 200 câmeras, desde que cada atestado tenha, no mínimo, o quantitativo de 42 (quarenta e duas) câmeras, quantitativo este referente ao menor sítio (sítio do Palácio do Jaburu) a ser instalado. Conforme Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, TCU, não necessariamente o somatório dos atestados comprova a capacidade em fornecer um sistema com a complexidade de um sistema conforme estipulado no presente Termo de Referência. A complexidade da solução em questão, envolvendo infraestrutura, gerenciamento e armazenamento é diferente da complexidade de um

sistema menor envolvendo menos câmeras. A instalação de sistemas menores não garante a capacidade técnica da Contratada. Dessa forma, somente será aceito o somatório de atestados quando o quantitativo mínimo constante não for inferior a 42 (quarenta e duas) câmeras e cujo somatório deverá ser de, no mínimo, 200 (duzentas) câmeras.

15.5.1.1.3 Serão aceitos a apresentação de atestados separados, um para o fornecimento de câmeras e outro para a Instalação de câmeras, desde que cada um deles possua a quantidade mínima exigida de 200 (duzentas) câmeras IP, sendo aceito o somatório de atestados, conforme especificado no item 15.5.1.1.2.

15.5.1.2 O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecidos deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

15.5.1.2.1 Identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado;

15.5.1.2.2 Identificação da licitante; e

15.5.1.2.3 Descrição clara dos equipamentos fornecidos e instalados.

15.5.1.3 Para comprovação técnico-profissional, deverão ser apresentadas Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT(s) emitida(s) pelo CREA e em nome dos responsáveis técnicos, acompanhada(s) do(s) respectivo(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional, expedido por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, de forma a comprovar experiências e capacitação técnica similar ao objeto desta licitação nos serviços de:

15.5.1.3.1 Para engenheiro eletricista:

15.5.1.3.1.1 Participação em projeto de instalação de sistema integrado de monitoramento por câmeras de segurança;

15.5.1.3.1.2 Participação em projeto de instalação de pontos elétricos e quadros de força.

15.5.1.3.1.3 Esses atestados são necessários uma vez que a Contratada deverá instalar uma quantidade significativa de câmeras e pontos elétricos nas instalações presidenciais. O objetivo é evitar o risco de problemas elétricos e consequentes acidentes na Presidência da República. Além disso, a comprovação técnico-profissional se faz necessária, tendo em vista a instalação de nova rede lógica e independente para toda a solução de videomonitoramento.

15.5.1.3.2 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

15.5.1.3.3 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

15.6 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de instalação dos equipamentos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61-3411-1320/1318/1328), podendo sua realização ser comprovada por:

15.6.1 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; ou

15.6.2 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições dos locais de instalação dos equipamentos ou que realizou vistoria nos locais, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN



SEGES/MPDG nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

15.6.3 O prazo para vistoria, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

15.6.4 Para a vistoria, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado.

## **16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1 O preço total da aquisição está estimado em R\$ 10.657.361,39 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).

16.1.1 449039: R\$ 1.147.334,72 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos).

16.1.2 449052: R\$ 6.507.854,22 (seis milhões, quinhentos e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

16.1.3 339030: R\$ 1.944.935,15 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e quinze centavos).

16.1.4 339039: R\$ 1.057.237,30 (um milhão, cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta centavos).

## **17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, referente à Ação Orçamentária 15R5 (Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - ProPR), na Unidade Gestora 110322 à conta da Dotação Orçamentária UO 20101, Programa de Trabalho 04122400215R55664, PTRES 168497, Natureza de Despesa 449039 - Aquisição de Software, 449052 - Material de Permanente, 339030 - Material de Consumo, 339039 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 0100, mediante Orçamento Geral da União, no valor total de R\$ 8.648.000,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil reais).

17.2 Com o objetivo de permitir o andamento deste processo, indico que os créditos complementares necessários ao atendimento desta despesa correrão com base na Ação Orçamentária 15R5 (Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - ProPR), na Unidade Gestora 110322, no valor de R\$ 2.009.361,39 (dois milhões, nove mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos) previstos na Proposta Orçamentária para o **exercício de 2022**, condicionando o seu futuro empenho à liberação dos referidos créditos orçamentários.

## **18. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato para os itens do Grupo I. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.17.1

18.2 Após a homologação da licitação, será emitida a Nota de Empenho para os itens 68, 69, 70, 71 e 72.

## **19. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

19.1 Integram este Termo os seguintes Apêndices:

Apêndice 1 ao TR - INFRAESTRUTURA V3.0 (2519515);

Apêndice 2 ao TR - VIDEOMONITORAMENTO V3.0 (2519520);

Apêndice 3 ao TR - LISTA DE ITENS V2.0 (2519529);

Apêndice 4 ao TR - CLIMATIZAÇÃO V2.0 (2519534);

Apêndice 5 ao TR - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO V2.0 (2519542);

Apêndice 6 ao TR - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO V2.0 (2519546);

Apêndice 7 ao TR - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO V2.0 (2519551);

Apêndice 8 ao TR - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO V2.0 (2519557);

Apêndice 9 ao TR - MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Proposta Comercial) V2.0 (2519562);

Apêndice 10 ao TR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) V2.0 (2686088);

Apêndice 11 ao TR - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS V2.0 (2519568); e

Apêndice 12 ao TR - TERMO DE GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS V2.0 (2594668).

**ALEXANDRE NUNES - Maj EB**

Integrante Requisitante (SIAPE nº 3000049)

**FRANCISCO HILMER GRAÇA ALCÂNTARA DE CARVALHO - Cap EB**

Integrante Administrativo (SIAPE nº 2279387)

**PAULO CESAR ANDRADE ARRUDA - Cel R1/EB**

Integrante Técnico (SIAPE nº 3189422)

**RUBI NEI MACHADO OLIVEIRA - Cap EB**

Integrante Técnico - Engenharia da Informação (SIAPE nº 3013305)

**FRANCISCO DE ASSIS NETO - S Ten EB**

Integrante Técnico - Engenharia de Software (SIAPE nº 1864272)

**RAMON EDUARDO BARROS BARRETO**

Integrante Técnico - DITEC (SIAPE nº 0120087)

**ADRIANO FRANCO BEZERRA - 3º Sgt PM/DF**

Integrante Técnico - DITEC (SIAPE nº 1395224)

**EDUARDO ANDRADE SILVA**

Integrante Técnico - COENGE (SIAPE nº 1266019)

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC  
(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL - § 3º do art. 11)**

**HELIO CABRAL SANT'ANA**

Diretor de Tecnologia (SIAPE nº 1353536)

**GUSTAVO SUAREZ DA SILVA - CEL EB**

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial (SIAPE nº 3006130)

**APÊNDICES 1 A 13**  
**DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Arquivo anexo ao edital, em formato .pdf, disponível em:

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

[www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-deadministracao/licitacoes](http://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-deadministracao/licitacoes)

## ANEXO II

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-GSI

### PROCESSO N.º 00185.004568/2020-31

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

**Referência:** Pregão, na forma eletrônica, N° 027/2020-GSI

**Data de Abertura:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2020

#### Grupo 1

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	Und	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CÂMERA TIPO 1 - BULLET (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	179		(*)
2	CÂMERA TIPO 2 - DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	339		(*)
3	CÂMERA TIPO 3 - MINI DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	90		(*)
4	CÂMERA TIPO 4 - SPEED DOME PTZ (MÓVEL EXTERNA)		Und	31		(*)
5	CÂMERA TIPO 5 - PANORÂMICA 180º (EXTERNA)		Und	69		(*)
6	GRAVADOR DE VÍDEO DE REDE		Und	14		(*)
7	SERVIDOR CENTRAL		Und	1		(*)
8	SOLUÇÃO DE SOFTWARES PARA O GERENCIAMENTO DO VMS		Und	1		(*)
9	HARDWARE STORAGE DE ARMAZENAMENTO (ENTREGUE COM 192 TB)		Und	1		(*)
10	ESTAÇÕES DE TRABALHO DE VIDEOMONITORAMENTO (WORKSTATION)		Und	12		(*)
11	LICENÇAS ANALÍTICOS ESPECIAIS PARA O VMS - RECONHECIMENTO FACIAL		Und	40		(*)
12	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R1, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO		Und	133		(*)
13	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R2, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO		Und	61		(*)
14	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"		Und	133		(*)
15	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) DE 2", PARA REDE EXTERNA		m	8.280		(*)
16	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA COM TAMPA CONCRETO		Und	69		(*)
17	CABO ÓPTICO 6 FO SM		m	720		(*)
18	CABO ÓPTICO 12 FO SM		m	4.240		(*)
19	CABO ÓPTICO 24 FO SM		m	3.320		(*)
20	POSTE DE CONCRETO 9M COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO		Und	69		(*)
21	ABRIGO DE CAMPO PARA EQUIPAMENTOS DE PERÍMETRO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO		Und	69		(*)
22	CORDÃO ÓPTICO LC DUPLEX 9/125		Und	200		(*)
23	PROTETOR SURTO ELÉTRICO + UTP		Und	100		(*)
24	PATCH CORD DE 3M, RJ 45, CAT 6		Und	100		(*)
25	PATCH CORD DE 6M, RJ 45, CAT 6		Und	100		(*)

26	ENLACES DE DIO MODULAR 24FO LC		Und	29		(*)
27	TERMINADOR ÓTICO 6 PORTAS		Und	100		(*)
28	CONVERSOR DE MÍDIA SM (MONOMODO) 100/1000		Und	200		(*)
29	CABO DE DADOS UTP CATEGORIA 6		m	23.165		(*)
30	CONECTOR RJ-45 FÊMEA CAT 6		Und	608		(*)
31	ITEM CANCELADO					
32	PATCH CORD DE 2M, RJ 45, CAT 6		Und	1.216		(*)
33	ESPELHO DE ACABAMENTO 4 X 2 SAÍDA RJ 45		Und	608		(*)
34	SWITCH DE ACESSO PARA A SOLUÇÃO		Und	47		(*)
35	SWITCH DE DISTRIBUIÇÃO PARA A SOLUÇÃO		Und	1		(*)
36	PATCH PANEL 24 PORTAS CAT 6		Und	47		(*)
37	CABO ÓPTICO 6 FO SM, LIGAÇÃO ENTRE SALAS TÉCNICAS (SWITCH - SWITCH)		m	7.340		(*)
38	RACK DE 44U		Und	1		(*)
39	MINI RACK DE 16U		Und	3		(*)
40	MINI RACK DE 5U		Und	27		(*)
41	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1"		m	697		(*)
42	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 3/4"		m	11.489		(*)
43	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1 1/2" (DN 40MM) TIPO MÉDIO, INCLUSIVE CONEXÕES		m	425		(*)
44	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 2"		m	191		(*)
45	ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL 3/4"		m	170		(*)
46	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"		Und	78		(*)
47	CONDULETE 4x2x2" MÚLTIPLO DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTOS, DE SOBREPOR, COM CONEXÕES E ACESSÓRIOS		Und	468		(*)
48	ELETROCALHA PERFURADA OU LISA DE 50X50 MM		m	1.016		(*)
49	ELETROCALHA 100 MM X 50 MM		m	695		(*)
50	ELETROCALHA 100 MM X 100 MM		m	3.651		(*)
51	ELETROCALHA 200 MM X 50 MM		m	3		(*)
52	PERFILADO 38 MM X 38 MM		m	2.721		(*)
53	CAIXA DE PASSAGEM OU DISTRIBUIÇÃO DE 100x100x50 MM		Und	47		(*)
54	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 2 KVA		Und	15		(*)
55	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 5 KVA		Und	12		(*)
56	ITEM CANCELADO					
57	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO TORRE PARA 10 KVA		Und	3		(*)
58	CABO DE COBRE 10MM² ISOLADO PVC 600/1000V		m	8.280		(*)
59	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (2 KVA)		und	15		(*)
60	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (5 KVA)		und	12		(*)
61	ITEM CANCELADO					
62	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (10 KVA)		Und	3		(*)
63	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DA ALVORADA (PA): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		(*)

64	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO JABURU (PJ): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		(*)
65	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NA RESIDÊNCIA OFICIAL DA GRANJA DO TORTO (GT): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		(*)
66	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO PLANALTO, NO COMPLEXO DA VIA N2 E NO PAVILHÃO DE METAS (PPI): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO. INCLUI TAMBÉM A INSTALAÇÃO DE TODOS OS DISPOSITIVOS (SERVIDOR, STORAGE, SWITCHES, ETC) NA SALA COFRE LOCALIZADA EM ÁREA DO PALÁCIO DO PLANALTO		Und	1		(*)
67	SERVIÇO DE TREINAMENTO NA SEDE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL (DSEG), EM BRASÍLIA/DF, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 20 HORAS PARA 20 ALUNOS - SUPERVISÃO E OPERAÇÃO DE VMS - COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE (C3)		Und	1		(*)
<b>TOTAL</b>						

#### Itens 68 ao 72

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Und	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
68	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	Und	8		(*)
69	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	Und	4		(*)
70	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU/H R-410A. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	Und	6		(*)
71	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36.000 BTU/H R-410A, GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	Und	2		(*)
72	EQUIPAMENTO DE CONTROLE DIGITAL DE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA PARA SALAS TÉCNICAS COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO. GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.	Und	20		(*)
<b>TOTAL</b>					

(\*) O preço **total** é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

#### 1 Observações:

**1.1** Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **dias**, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

#### 2 Declaração

**2.1** Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

**2.2** Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

**2.3** Declaro cumprir os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência. (Caso cumpra às condições previstas no referido Decreto)

**3 Dados da empresa:**

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

**4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:**

Nome completo:

CPF:

RG:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

### **ANEXO III**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-GSI PROCESSO N.º 00185.004568/2020-31**

#### **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 027/2020-GSI, declara, sob as penas da lei, que:

Conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF



## **ANEXO IV**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-GSI**

**PROCESSO N.º 00185.004568/2020-31**

### **DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR**

Eu, ....., portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 4.3 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 027/2020-GSI, não há administrador ou sócio da empresa com poder de direção familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Declaro ainda que os sócios ou dirigentes desta empresa não mantém vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

## **ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-GSI**

**PROCESSO N.º 00185.004568/2020-31**

### **DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL**

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

## **ANEXO VI**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-GSI**

**PROCESSO N.º 00185.004568/2020-31**

### **TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE  
SOLUÇÃO DE SISTEMA DE  
VIDEOMONITORAMENTO, QUE FAZEM ENTRE  
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO GABINETE  
DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E A EMPRESA**

.....

**CONTRATO N.º           /2021**

A União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 09.399.736/0001-59, neste ato representado por ....., portador da matrícula funcional nº ....., de acordo com a competência prevista no ....., publicada no Diário Oficial da União de ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 00185.004568/2020-31 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no que couber do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 027/2020-GSI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de uma solução de um sistema de videomonitoramento para as instalações da Presidência da República na cidade de Brasília/DF, envolvendo o fornecimento de bens, instalação, configuração, garantia e suporte técnico, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço total da contratação é de R\$ ..... (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	Und	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CÂMERA TIPO 1 - BULLET (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	179		
2	CÂMERA TIPO 2 - DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	339		
3	CÂMERA TIPO 3 - MINI DOME (FIXA INTERNA/EXTERNA)		Und	90		
4	CÂMERA TIPO 4 - SPEED DOME PTZ (MÓVEL EXTERNA)		Und	31		
5	CÂMERA TIPO 5 - PANORÂMICA 180° (EXTERNA)		Und	69		
6	GRAVADOR DE VÍDEO DE REDE		Und	14		
7	SERVIDOR CENTRAL		Und	1		
8	SOLUÇÃO DE SOFTWARES PARA O GERENCIAMENTO DO VMS		Und	1		
9	HARDWARE STORAGE DE ARMAZENAMENTO (ENTREGUE COM 192 TB)		Und	1		
10	ESTAÇÕES DE TRABALHO DE VIDEOMONITORAMENTO (WORKSTATION)		Und	12		
11	LICENÇAS ANALÍTICOS ESPECIAIS PARA O VMS - RECONHECIMENTO FACIAL		Und	40		
12	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R1, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO		Und	133		
13	CAIXA DE PASSAGEM, TIPO R2, COMPLETA COM TAMPA DE FERRO		Und	61		
14	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"		Und	133		
15	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) DE 2", PARA REDE EXTERNA		m	8.280		
16	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA COM TAMPA CONCRETO		Und	69		
17	CABO ÓPTICO 6 FO SM		m	720		
18	CABO ÓPTICO 12 FO SM		m	4.240		
19	CABO ÓPTICO 24 FO SM		m	3.320		
20	POSTE DE CONCRETO 9M COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO		Und	69		
21	ABRIGO DE CAMPO PARA EQUIPAMENTOS DE PERÍMETRO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA COMPOR O CONJUNTO		Und	69		
22	CORDÃO ÓPTICO LC DUPLEX 9/125		Und	200		
23	PROTETOR SURTO ELÉTRICO + UTP		Und	100		
24	PATCH CORD DE 3M, RJ 45, CAT 6		Und	100		
25	PATCH CORD DE 6M, RJ 45, CAT 6		Und	100		
26	ENLACES DE DIO MODULAR 24FO LC		Und	29		
27	TERMINADOR ÓTICO 6 PORTAS		Und	100		
28	CONVERSOR DE MÍDIA SM (MONOMODO) 100/1000		Und	200		
29	CABO DE DADOS UTP CATEGORIA 6		m	23.165		
30	CONECTOR RJ-45 FÊMEA CAT 6		Und	608		
31	ITEM CANCELADO					
32	PATCH CORD DE 2M, RJ 45, CAT 6		Und	1.216		
33	ESPELHO DE ACABAMENTO 4 X 2 SAÍDA RJ 45		Und	608		
34	SWITCH DE ACESSO PARA A SOLUÇÃO		Und	47		
35	SWITCH DE DISTRIBUIÇÃO PARA A SOLUÇÃO		Und	1		
36	PATCH PANEL 24 PORTAS CAT 6		Und	47		
37	CABO ÓPTICO 6 FO SM, LIGAÇÃO ENTRE SALAS TÉCNICAS (SWITCH - SWITCH)		m	7.340		

38	RACK DE 44U		Und	1		
39	MINI RACK DE 16U		Und	3		
40	MINI RACK DE 5U		Und	27		
41	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1"		m	697		
42	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 3/4"		m	11.489		
43	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 1 1/2" (DN 40MM) TIPO MÉDIO, INCLUSIVE CONEXÕES		m	425		
44	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL DE AÇO GALVANIZADO DE 2"		m	191		
45	ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL 3/4"		m	170		
46	CAIXAS DE PASSAGEM TIPO CONDULETE 4x4x2"		Und	78		
47	CONDULETE 4x2x2" MÚLTIPLO DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTOS, DE SOBREPOR, COM CONEXÕES E ACESSÓRIOS		Und	468		
48	ELETROCALHA PERFURADA OU LISA DE 50X50 MM		m	1.016		
49	ELETROCALHA 100 MM X 50 MM		m	695		
50	ELETROCALHA 100 MM X 100 MM		m	3.651		
51	ELETROCALHA 200 MM X 50 MM		m	3		
52	PERFILADO 38 MM X 38 MM		m	2.721		
53	CAIXA DE PASSAGEM OU DISTRIBUIÇÃO DE 100x100x50 MM		Und	47		
54	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 2 KVA		Und	15		
55	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO RACK 19" PARA 5 KVA		Und	12		
56	ITEM CANCELADO					
57	SISTEMA UPS MONOFÁSICO TIPO TORRE PARA 10 KVA		Und	3		
58	CABO DE COBRE 10MM² ISOLADO PVC 600/1000V		m	8.280		
59	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (2 KVA)		und	15		
60	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (5 KVA)		und	12		
61	ITEM CANCELADO					
62	QUADRO EMERGÊNCIA / NOBREAK MONOFÁSICO (10 KVA)		Und	3		
63	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DA ALVORADA (PA): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		
64	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO JABURU (PJ): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		
65	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NA RESIDÊNCIA OFICIAL DA GRANJA DO TORTO (GT): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E OPERACIONAL DA SOLUÇÃO		Und	1		
66	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NO PALÁCIO DO PLANALTO, NO COMPLEXO DA VIA N2 E NO PAVILHÃO DE METAS (PPI): COMPREENDE TODAS AS INSTALAÇÕES, CONFIGURAÇÕES E DEMAIS NECESSIDADES A ENTREGA COMPLETA, INTEGRADA E		Und	1		

	OPERACIONAL DA SOLUÇÃO. INCLUI TAMBÉM A INSTALAÇÃO DE TODOS OS DISPOSITIVOS (SERVIDOR, STORAGE, SWITCHES, ETC) NA SALA COFRE LOCALIZADA EM ÁREA DO PALÁCIO DO PLANALTO					
67	SERVIÇO DE TREINAMENTO NA SEDE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL (DSEG), EM BRASÍLIA/DF, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 20 HORAS PARA 20 ALUNOS - SUPERVISÃO E OPERAÇÃO DE VMS - COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE (C3)		Und	1		
<b>TOTAL</b>						

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O preço acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da sua via do contrato assinada, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.2 seguro-garantia;

7.2.3 fiança bancária.

7.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

7.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93)

## **CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (Apêndice 5 do Termo de Referência), em remessa única, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Departamento de Segurança Presidencial, Coordenação-Geral de Logística, Avenida N-2 Norte – S/N, Fundos do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61) 3411- 6582.

8.1.1 A emissão de Ordens de Fornecimento seguirá o planejamento da execução dos serviços de implantação da solução de videomonitoramento, conforme Apêndice 11 do Termo de Referência.



8.1.2 A emissão de Ordens de Fornecimento atenderá a cada etapa dos serviços acima descritos no Apêndice 11 do Termo de Referência, evitando-se a emissão de Ordens de Fornecimento para materiais que não possam ser empregados imediatamente.

8.1.2.1 Caso necessário, em coordenação com a Contratada, poderão ser emitidas Ordens de Fornecimento para mais de uma etapa dos serviços a serem executados;

8.1.2.2 O atraso na entrega de bens não será causa de justificação para acréscimo de prazos na execução dos serviços, estando a Contratada sujeita às adequações de pagamento, previstas no Índice de Medição de Resultados (IMR), constante do Apêndice 10 do Termo de Referência.

8.1.3 A sequência das etapas descritas no Cronograma Físico-Financeiro (Apêndice 11 do Termo de Referência) poderão ser alteradas, conforme necessidade e em comum acordo entre a Contratada e Contratante.

8.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da instalação e configuração dos equipamentos, respeitado o previsto no Apêndice 11 do Termo de Referência- Cronograma de Execução, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado (Apêndice 7 do Termo de Referência).

8.4.1 A verificação da qualidade, de que trata o item acima, se dará após a instalação dos bens, após a qual se dará o recebimento definitivo.

8.4.1.1 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.6 A Contratante, designará uma Comissão de Recebimento composta de pelo menos 3 (três) membros para receber os equipamentos e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo (Apêndice 8 do Termo de Referência).

8.7 A instalação dos equipamentos deverá ser agendada com a Contratante, visando o cadastramento os funcionários indicados pela Contratada, para a execução dos serviços.

8.7.1 A execução dos serviços de instalação ocorrerá no período das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira e aos sábados (quando necessário).

8.7.2 Os testes da avaliação técnica de aceitação do equipamento, objeto do Termo de Referência, serão realizados, nos locais de instalação dos equipamentos.

8.7.3 A avaliação deverá obrigatoriamente, abranger todos os elementos inerentes às interfaces de funcionalidades, operação, layout, formatação, configurações, edições de dados (incluir, excluir e modificar), para os itens pertinentes definidos neste Termo de Referência;

8.7.4 Para a realização das atividades previstas nos testes de avaliação técnica do objeto do certame, a CONTRATADA deve disponibilizar, obrigatoriamente, representantes técnicos

que executarão todos os procedimentos necessários, sob orientação da Comissão Técnica de Avaliação do DSeg/GSI;

#### 8.8 Treinamento de Funcionalidades (Instrução Técnica e Operacional):

8.8.1 Após a execução da última etapa dos serviços de implantação da solução de videomonitoramento, descritos no Apêndice 11 do Termo de Referência, a Contratada deverá realizar o treinamento de servidores da Contratante, previsto no item 64 do objeto.

8.8.2 Para a execução do serviço de treinamento na sede do Departamento de Segurança Presidencial (DSEG), em Brasília/DF, com duração mínima de 20 horas para 20 alunos - Supervisão e Operação de VMS - Coordenação, Comando e Controle (C3), a Contratante disponibilizará ambiente físico adequado (sala de aula).

8.8.2.1 Caso sejam necessários outros recursos, tais como apostilas, softwares, etc, os mesmos deverão ser providenciados e fornecidos pela Contratada.

#### 8.9 A garantia de toda a solução de videomonitoramento que compõe o Grupo 1 (item 1 ao 67), será de no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

8.9.1 Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de comercialização dos equipamentos e não serão aceitos, em hipótese alguma, outros condicionantes para o início da mesma como auditorias, estudos ou avaliações técnicas prévias, aplicações de recomendações por parte da contratada e etc.

8.9.2 A garantia do fabricante dos bens constante do Grupo 1 (item 1 ao 67) poderá ser complementada por garantia fornecida pela Contratada, conforme modelo constante do Apêndice 12 do Termo de Referência, a qual deverá ser apresentada na entrega dos bens.

8.9.3 Durante todo o período de Garantia, a Contratada é responsável, pela atualização dos softwares (mantendo sempre na última versão homologada pelo fabricante) e serviços de manutenção de hardwares, que se fizerem necessários, para que a garantia não seja prejudicada e sem custo adicional para a Contratante, incluindo todos os serviços, mão de obra, despesas com deslocamento, hospedagens, peças e materiais substituídos;

8.9.3.1 Caso o(s) equipamento(s) apresente(m) algum defeito, a Contratante emitirá Ordem de serviço à Contratada, acionando a Assistência Técnica.

8.9.3.1.1 Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram (ON-SITE);

8.9.3.1.2 A Contratada deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema. O atendimento deve ser realizado em regime 24x7 (vinte quatro horas – sete dias por semana);

8.9.3.1.2.1 A Contratada também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;

8.9.3.1.2.2 A Contratada deverá possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

8.9.3.1.3 A Contratada deverá oferecer serviço e ferramentas de diagnóstico e troubleshooting, na qual os técnicos da Contratada, de modo presencial no CIC3, utilizam o Servidor Central para se conectarem diretamente ao sistema do usuário,

através da rede segura, para agilizar e melhorar o processo de solução de problemas na solução local e nos demais sítios;

8.9.4 Todas as peças e materiais de reposição utilizados no equipamento, durante o Período de Garantia, devem ser novos, não sendo aceitos itens usados ou reconicionados, inclusive os acessórios;

8.9.4.1 Durante o prazo de Garantia, em caso de ocorrência de falha e necessidade de reposição dos dispositivos de armazenamento, esses devem ficar em posse da Contratante, por medida de segurança e confidencialidade das informações;

8.9.5 O período transcorrido a partir da constatação pela Contratante de defeito nos equipamentos e/ou acessórios que altere o desempenho do equipamento, funcionalidades ou que resulte em inoperância do equipamento, até a sua efetiva correção, será somado ao Período de Garantia;

8.9.5.1 Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inapropriado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à Contratada.

8.9.6 A Contratada deverá dispor de Assistência Técnica:

8.9.6.1 A Contratada deverá dispor de canal de comunicação direto ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual dos chamados técnicos;

8.9.6.2 Durante o Período de Garantia a Assistência Técnica dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, terá atendimento “on-site” após o chamado técnico em, no máximo 48 (quarenta e oito) horas.

8.9.6.3 O prazo de recuperação será contado a partir do atendimento do chamado técnico descrito anteriormente, com solução definitiva por prazo não superior a 72 h (setenta e duas horas);

8.9.6.4 Não sendo possível a recuperação do item de fornecimento que apresente defeito no prazo de 72 h (setenta e duas horas), durante o período de garantia, deve ser providenciada a substituição do mesmo por um item equivalente ou superior, em caráter provisório, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados a partir do prazo final para solução definitiva descrito no item anterior;

8.9.6.4.1 Os discos rígidos e/ou unidades SSD (Solid State Drive) que equipam o(s) servidor(es), storage, gravadores de vídeo e estações de trabalho (workstation) não poderão ser removidos das dependências da Contratante sob qualquer circunstância. Na hipótese de reparo do equipamento se realizar dentro das dependências da Contratante e uma vez detectada a necessidade de troca de um disco rígido e/ou SSD, esse deverá ser substituído por uma nova unidade e a unidade defeituosa deverá permanecer sob guarda da Contratante.

8.9.6.5 O prazo para o restabelecimento do item de fornecimento inoperante, após a substituição em caráter provisório, é de até 30 (trinta) dias úteis a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica. Após este prazo, a substituição passará a ser definitiva, desde que o item substituto seja novo;

8.9.6.6 Se a substituição, em caráter provisório, do item de fornecimento inoperante tiver sido feita por um item usado, a Contratada deverá efetuar a retirada do mesmo e providenciar um novo item para reposição simultânea, no mesmo prazo estabelecido no item anterior, sem qualquer ônus para a Contratante;

8.9.6.7 A realização da manutenção deve ser acompanhada da respectiva Ordem de Serviço (OS), descrita no Apêndice 6 do Termo de Referência, devidamente preenchida, informando os motivos da pane apresentada e as ações tomadas para saná-la.

8.9.6.8 Será emitida, sem ônus para a Contratante, 01 (uma) cópia da Ordem de Serviço devidamente preenchida e assinada pelo técnico da Contratada e por um membro da fiscalização local, para guarda na respectiva localidade.

8.9.6.9 As manutenções só poderão ser efetuadas por agentes credenciados e qualificados pela Contratada ou fabricante; e

8.9.6.10 Caso ocorram 03 (três) chamadas, devidamente formalizadas, para problemas de mesma natureza e para um mesmo equipamento ou acessórios, que são os itens integrantes do fornecimento, a Contratada deverá substituir todas as partes integrantes do item que apresentar defeitos repetitivos ou o item de fornecimento (equipamento e/ou acessório) completo, às suas expensas, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis após ser notificado pela Contratante.

## **CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e-setenta e seis-mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

9.5 Proibições – é expressamente proibida a veiculação de publicidade, direta ou indiretamente relacionada com os serviços constantes do Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização por escrito do GSI/PR.

9.6 Segurança – Por questões de segurança, fica a Contratada obrigada a apresentar todas e quaisquer informações e documentações solicitadas pelo GSI/PR, dos profissionais indicados para a prestação de serviços. A Contratada e seus funcionários deverão observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente Presidência da República.

9.7 Sigilo – Será exigida da Contratada que cada profissional que venha a prestar serviços assine um termo de compromisso, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todos os dados e informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, o qual deverá ser entregue a Fiscalização do contrato.

9.8 A Contratada deverá manter sigilo absoluto a respeito de quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em documentos e mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou

utilizar, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo GSI/PR a tais documentos.

9.9 Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência as normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no GSI/PR.

9.10 Idoneidade – O GSI/PR se reserva o direito de proceder a levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes a idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para

## **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **10.1 Obrigações da CONTRATANTE:**

10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6.1 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro (Apêndice 11 do Termo de Referência);

10.1.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.1.8.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

10.1.8.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.1.8.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.1.8.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.1.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.1.10 Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.1.11 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10.2 Obrigações da CONTRATADA:**

10.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.2.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.2.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.2.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.2.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.2.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.2.12 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.2.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.14 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.2.16 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.2.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos como despesas indiretas, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.2.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.2.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.2.23 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

10.2.24 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.2.25 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

10.2.26 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

10.2.27 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.2.28 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.2.29 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.2.30 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Lei nº. 6.496/77 e Lei nº 12.378/2010);

10.2.31 Antes de ser iniciado qualquer serviço referente a esta contratação, a Contratada deverá fazer a vistoria no local acompanhada pela Fiscalização, identificando todas as interferências possíveis, como fundações, áreas externas, redes de utilidades, cercas etc.

10.2.32 A Contratada deverá providenciar todo tipo de sinalização de alerta e orientação, bem como interditar o acesso de pessoas estranhas à serviço, através de tapumes de madeira, lonas e cercas, conforme prescreve a NR-18. Todas as medidas para sinalização, interdição e isolamento da área deverão ser submetidas à aprovação da Fiscalização e estar de acordo com as normas internas de segurança.

10.2.33 A Contratada deverá manter, no canteiro de serviços, medicamentos básicos de primeiros socorros, dispostos em kit (s) compatível como o número de empregados do serviço e com a atividade desenvolvida (vide NR-7), bem como profissional treinado para este fim. Deverá haver no local, equipamentos para proteção e combate a incêndio, na forma da legislação em vigor e todo o tipo de placas e sinais indicativos requeridos pelas normas e NR do MTE relativos ao trabalho em segurança.

10.2.34 Em nenhuma hipótese, deverá existir material nas áreas do canteiro que não esteja sistematicamente empilhado em local previamente identificado para essa finalidade. O projeto do canteiro de serviços deverá prever local destinado à armazenagem de todos os materiais a serem empregados no serviço. A Fiscalização determinará à Contratada a imediata retirada de qualquer material encontrado fora dos locais projetados ou a reorganização daquela cuja armazenagem não se enquadre em padrões de elevada qualidade e produtividade.

10.2.35 A Contratada deverá zelar pela ordem e disciplina em todas as dependências do serviço, bem como pela segurança e organização de todos os materiais e equipamentos. É de sua responsabilidade o fornecimento de água fria filtrada (preferencialmente por meio da instalação de bebedouro no barracão de serviços) em copos individuais ou descartáveis a todos os operários.

10.2.1.36 A Contratada deverá comunicar à Delegacia Regional do Trabalho - DRT, antes do início do serviço, as seguintes informações: endereço do serviço; endereço do Contratante e da contratada; tipo de serviço; data prevista para início e término do serviço; número máximo previsto de trabalhadores no serviço. Deverá apresentar à Fiscalização um comprovante da comunicação feita à DRT.

10.2.1.37 Quando a Contratada possuir 20 (vinte) ou mais operários trabalhando no serviço, deverá apresentar o PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho), elaborado por profissional habilitado (técnico ou engenheiro de segurança do trabalho), que seguirá obrigatoriamente as especificações e procedimentos constantes do item 18.3 da NR-18, da Lei



6.514, de 22 de dezembro de 1977, com suas alterações. A carga horária do programa educativo a que se refere um de seus subitens será de, no mínimo, 6 (seis) horas.

10.2.1.38 Deverão ser usados por todos os trabalhadores do serviço equipamentos de proteção individual (EPI) básicos (vide NR-6), fornecidos pela Contratada. Não será permitida a permanência de operários descalços ou utilizando chinelos de dedo ou sandálias, sem uniforme ou sem capacete no interior do serviço. É exigida inclusive a utilização de uniformes e/ou crachás das empresas subempreitadas pela Contratada, que se responsabilizará pelo atendimento destas ordens por parte daquela. Será obrigatório, para todos os operários do serviço, inclusive os visitantes, a utilização de EPI conforme a exposição ao risco.

10.2.39 Os EPI e uniformes de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso. As áreas circunvizinhas ao canteiro de serviços deverão ser isoladas e sinalizadas.

10.2.40 Será exigido o fiel cumprimento de TODAS as Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho no que diz respeito à Medicina e Segurança do Trabalho, em particular a NR-18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO e a NR-10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE. A Contratada que não cumprir as exigências de Segurança e Medicina do Trabalho será penalizada na forma da lei.

10.2.41 Em até 10 (dez) corridos anteriores à execução dos serviços em cada sítio, a Contratada deverá fornecer ao GSI, bem como cópia ao Gestor do Contrato o seguinte:

10.2.41.1 Cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e do comprovante de recolhimento, com base no valor percentual consolidado no cronograma físico financeiro, os quais deverão ser mantidos em arquivo sob a responsabilidade do Serviço de Administração do Prédio; e

10.2.41.2 Informar o Nome, formação, número do CREA e endereço /telefone/ fax comercial do engenheiro coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional.

10.2.42 A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.2.43 A solução de videomonitoramento deverá possuir protocolo que permita fazer integração, em nível de software, com software de terceiros, descrito no manual do fabricante.

10.2.43.1 Caso o manual do Fabricante não apresente o citado protocolo, a Contratada, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar Atestado, de que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) a tais requisitos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 É permitida a subcontratação parcial dos itens 63, 64, 65 e 66 do objeto até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato de serviços desses itens, nas seguintes condições:

11.1.1 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

11.1.2 Somente poderão ser subcontratados, serviços referentes à instalação da infraestrutura de rede lógica e elétrica, tais como sistemas de aterramento elétrico, instalação de canaletas para passagem de cabos lógicos, e outros afins.

11.1.2.1 Não poderão ser subcontratados serviço de instalação de câmeras IP, switches, storage, servidores e gravadores de rede.

11.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

12.2.2 multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.2.6 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.7 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Contrato.

12.2.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

13.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

14.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1 É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília,                      de                      de 2021

---

Representante legal da CONTRATANTE

---

Representante legal da CONTRATADA